

A *SULANCA*¹ NO CENÁRIO DA “REVOLUÇÃO INDUSTRIAL” BRASILEIRA

THE *SULANCA* IN THE BRAZILIAN “INDUSTRIAL REVOLUTION” SCENE

Annahid Burnett Correio²

RESUMO

Este artigo tem como objetivo localizar e analisar a emergência do fenômeno produtivo comercial *Sulanca*, no Agreste pernambucano, dentro do cenário da “Revolução Industrial” brasileira durante a época desenvolvimentista. Fizemos levantamento bibliográfico pertinente ao estudo sobre a evolução socioeconômica e política do desenvolvimento brasileiro, como também das teorias sociológicas do desenvolvimento no pós-guerra. Esta pesquisa, descritiva, foi elaborada no âmbito da minha tese de doutorado buscando investigar a instituição e desenvolvimento do fenômeno comercial/produtivo denominado *Feira da Sulanca*. Através da metodologia da história oral de vida dos protagonistas desta história, concluímos que este fenômeno emergiu dentro deste cenário.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho; *Sulanca*; “Revolução Industrial”; desenvolvimento.

ABSTRACT

This article aims to locate and analyze the emergence of the commercial production phenomenon *Sulanca*, in the Agreste region of Pernambuco, within the scenario of the Brazilian "Industrial Revolution" during the developmental period. For this, we searched the bibliographic documentation pertinent to the study on the socioeconomic and political evolution of Brazilian development, as well as the post-war sociological theories of development. This research, descriptive, was elaborated within the framework of my doctoral thesis, seeking to investigate the institution and development of the commercial/productive phenomenon denominated *Feira da Sulanca*. Through the methodology of the oral history of life of the protagonists of this story, we conclude that this phenomenon emerged within this scenario.

KEY WORDS: Labor; *Sulanca*; “Industrial Revolution”; development.

INTRODUÇÃO

Sulanca é como se denomina o fenômeno produtivo comercial situado na Mesorregião do Agreste de Pernambuco, mais precisamente na Microrregião do Alto Capibaribe. Este fenômeno emergiu durante as décadas de 1950 e 1960 na cidade de Santa Cruz do Capibaribe que dista da capital, Recife, em 180 km. Essa região, que foi tradicionalmente chamada de “Cariris Velhos”, tem baixa densidade pluviométrica e solos rasos e serviu para a pecuária extensiva, de gado solto, consorciada com a cultura algodoeira.

¹Supostamente a explicação etimológica é de que o vocábulo *sulanca* se originou da palavra *helanca*, tecido sintético no auge da moda nos anos 1960, material de alguns dos muitos retalhos que vinham do *Sul*. Portanto, *sul+helanca=sulanca*.

²Licenciatura em Sociologia. Mestrado em Sociologia. Doutorado em Ciências Sociais. Pesquisadora do grupo de pesquisa Trabalho, Desenvolvimento e Políticas Públicas UGCG/CNPq. Professora da Universidade Estadual da Paraíba.

Esta pesquisa foi feita dentro do âmbito da minha pesquisa de doutorado, quando, através dos relatos e testemunhos dos agentes sociais protagonistas da gênese desta história, localizamos o fenômeno acontecendo no período da “Revolução Industrial” brasileira acontecida em São Paulo. Portanto, buscamos através da bibliografia pertinente, uma justificativa teórica para a instituição e desenvolvimento de tal fenômeno.

Temos como hipótese que esse fenômeno produtivo-comercial se desenvolveu a partir da “massa marginal” nos termos de Nun (2000) formada por alguns trabalhadores do Agreste de Pernambuco, principalmente pequenos proprietários dos sítios e pelos retirantes integrantes do êxodo rural nordestino que se estabeleceu na década de 1950, na direção da região industrial de São Paulo, sob importante relação com a dinâmica socioeconômica da região do Agreste pernambucano, a tradicional prática das “feiras livres”.

A produção de *sulanca* começou nas décadas de 1950 e 1960 com as sobras e rejeitos da indústria têxtil do Recife, e ganhou maior impulso com as migrações dos retirantes da região de Santa Cruz do Capibaribe, no Agreste pernambucano, região “expulsadora” dentro da divisão nacional do trabalho. Os trabalhadores dessa região, naquela época, tomavam a direção de São Paulo, região de “atração”, em busca de oportunidades de emprego e de dias melhores para os seus que não podiam partir e ficavam na região de origem. Essa busca pela “reprodução social”, nos termos de Marx (1950), culminou com o desenvolvimento de várias estratégias que se mantêm até hoje com arranjos diferenciados. Temos como premissa que a instituição da *Sulanca* e configurou no cenário do segundo momento do “capitalismo dependente”, este com centro em São Paulo, o qual contou como “exército industrial de reserva” com a mão de obra dos retirantes nordestinos. Portanto, essa configuração comercial e produtiva, a *Sulanca*, guarda relação com a “massa marginal” criada a partir da realidade daquele momento específico do “fordismo periférico”, conceito de Lipietz (1989) e dos espaços que este não foi capaz de ocupar.

A “REVOLUÇÃO INDUSTRIAL” BRASILEIRA DO SÉCULO XX

Em Sérgio Buarque de Holanda (2005, p. 172), a data da Abolição da Escravatura no Brasil, 1888, marca o fim do predomínio agrário e o começo da grande “revolução brasileira”, processo que durou três quartos de século. Foi o momento decisivo do desenvolvimento nacional e preparação para um novo sistema com centro de gravidade nos centros urbanos e não mais nos domínios rurais. “As cidades, que outrora tinham sido complementos do mundo rural, proclamaram finalmente sua vida própria e sua primazia”. O

autor considera dois movimentos principais nessa evolução histórica: um que dilata a ação das comunidades urbanas e outro que constrange os centros rurais e os transformam em fontes de abastecimento das cidades.

Dentro desse contexto, dois fatos de grande importância marcaram a história econômica do Brasil no século XX, notadamente no que se refere ao desenvolvimento industrial: as duas grandes guerras mundiais. A Primeira Grande Guerra Mundial, no começo do século – 1914 a 1918 -, foi uma oportunidade para a ampliação da indústria têxtil no território nacional, em substituição ao mesmo material importado, como também outros bens de consumo. A Segunda Grande Guerra, de 1939 a 1945, teve reflexo ainda mais acentuado – fortalecendo-se a tendência à substituição de importações – em direção ao abastecimento pleno com investimentos em indústria de base, marcadamente com a instalação da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN, em 1941, e outras como a Companhia Vale do Rio Doce e a Fábrica Nacional de Motores. Com isso o Estado se impõe como grande empresário e fixa a política do desenvolvimento.

O pós-guerra segue a mesma tendência dentro do conceito de *take off* de William Rostow (1956), muito em voga na época – “adecolagem” instaura um sistema de mudança da economia superando o antigo quadro artesanal e manufatureiro. Mudança esta não só no aspecto quantitativo, mas também, e, principalmente, qualitativo, com atividades não somente para os bens de consumo, como também para os bens de produção, setores básicos, possibilitando os artigos comuns e multiplicando seu rendimento. Uma “grande arrancada” representando uma mudança profunda não só econômica, mas também social e política.

Conforme Ianni (1971, p. 307), a história da política econômica governamental brasileira a partir dos anos 1930 mostra duas tendências: a primeira, denominada de “estratégia de desenvolvimento nacionalista”, predominante nos anos 1930-45, 1951-54 e 1961-64, “continha como pressuposto implícito e explícito, o projeto de um capitalismo nacional, como única alternativa para o progresso econômico e social”; a segunda, denominada de “estratégia de desenvolvimento dependente”, predominante nos anos 1946-1950, 1955-1960 e 1964-1970, “continha como pressuposto implícito e explícito, o projeto de um capitalismo dependente, como única alternativa para o progresso econômico e social” e, sendo assim, “o reconhecimento das conveniências e exigências da interdependência das nações capitalistas, sob a hegemonia dos Estados Unidos.” Essas duas polarizações coexistiram como tendências principais. Seguindo a linha de pensamento de Ianni (p. 313), essas tendências “preconizavam a crescente participação do Estado nas atividades produtivas,

como empresário, no estilo da Petrobrás”, configurando, assim, uma “estratégia de desenvolvimento socialista” paralela às outras. Não obstante, para o pesquisador, no conjunto total dos anos 1930-70, a “estratégia do desenvolvimento dependente” foi predominante, com as outras estratégias existindo mais em nível ideológico. De qualquer maneira, houve uma transição para uma economia em que o setor industrial passou a ser predominante, correspondendo “a uma verdadeira revolução no subsistema econômico brasileiro.” Esse processo de planejamento econômico implicou na formação de novos grupos sociais tais como os tecnocratas.

Nesta perspectiva, Luiz Pereira (1970, p. 124) ressaltou que a Revolução de 1930 marcou o começo da etapa contemporânea da sociedade brasileira, no desencadeamento de uma revolução burguesa. Segundo o autor, a sociedade brasileira no começo do século XX era composta por dois setores sóciogeográficos: o primeiro formado pelos setores capitalistas “sufocados”, economicamente estagnados ou decadentes; e outro, “vitalizado”, situado no Centro-Sul, representado principalmente pela ampliação do setor agrário-exportador cafeeiro, sendo sustentáculo do plano sociopolítico da “grande burguesia” agrária no poder. Os acontecimentos desse período do “grande despertar” da sociedade brasileira fazem parte do projeto social de desenvolvimento, resultado das medidas de políticas econômicas tomadas a partir de 1930 orientadas para uma industrialização “autônoma”. Esse “modelo” expressado ideologicamente como nacional-desenvolvimentista foi validado coletivamente. Nesse sentido, o autor afirma que “a Revolução de 1930 continha um projeto social de desenvolvimento econômico ‘autônomo’, nucleado na industrialização”. Ainda em Luiz Pereira (1970, p. 128), essas medidas visavam não só ampliar e impulsionar o sistema interno de produção capitalista, mas também o mercado de trabalho e a renda global, incluindo renda salário. Dessa forma, desde o início, esse projeto social de desenvolvimentos e prestou a suavizar as tensões sociais existentes e à concretização da burguesia industrial. Não se tratou, então, de uma Revolução Burguesa, mas o impulso dinâmico de novas forças sociais em direção a um novo estágio de expansão do processo de constituição de uma formação econômico-social capitalista. “As transformações sofridas pela sociedade brasileira desde então se acham ligadas aos êxitos e aos insucessos da realização deste ‘modelo’.” Os processos de industrialização e urbanização fizeram parte dessas transformações que constituíram essa etapa do desenvolvimento da sociedade brasileira, por isso a denominação de etapa urbano-industrial com foco nos planos econômico, social e político.

A análise de Oliveira (1977, p. 70) sobre o pós-30 e, sobretudo, a década de 1950 pressupôs, de um lado, uma classe dominante, uma burguesia vinda do café, “uma industrialização que não entrava em conflito com a oligarquia agrária; um Estado dirigido por representantes dessas oligarquias, mas que impulsionava a industrialização; e um proletariado de recente extração rural, cuja consciência de classe era embotada”. Esse “expediente manipulatório” era sintetizado pelo populismo.

Segundo Pereira (1972), o modelo político de desenvolvimento que se esboçou no Brasil de 1970 poderia ser denominado de tecnoburocrático-capitalista – resultante da aliança entre a tecnoburocracia militar e civil e o capitalismo internacional e nacional, que a partir de 1964 fora chamado para participar do sistema. Modelo de desenvolvimento baseado no controle tecnoburocrático do governo por parte dos militares, dos técnicos e dos burocratas civis (grupos da nova classe média), e no controle capitalista da produção. Segundo o autor, essa aliança estabeleceu as bases de uma nova dependência – tecnológica e política, a partir dos anos 1950, não mais colonialista e anti-industrializante da oligarquia agrário-comercial do capitalismo do século XIX e começo do século XX, mas desenvolvimentista.

Segundo esta análise, o desenvolvimento se fez através da integração do Brasil no sistema capitalista internacional, se transformando num apêndice sem autonomia tecnológica e sem autonomia de acumulação de capital. Dependência tecnológica que se acentuava na medida em que as multinacionais não se comprometiam em desenvolver uma tecnologia nacional. Um processo de desnacionalização da economia se desenvolveu através das altas taxas de lucro e da perda do controle da poupança nacional. Esse modelo foi economicamente viável porque se baseou na concentração de renda e na marginalização de grande parte da população, facilitando, assim, o processo de “desenvolvimento”, porém criando distorções sociais profundas e dependência econômica e política.

Por sua vez, a respeito da história política e social brasileira no século XX, a análise de Ruy Marini (1985) nos conduz a duas fases bem caracterizadas. A primeira fase, de 1922 a 1937, a qual através de agitações e revoltas culminou na Revolução de 1930, com causas na industrialização empreendida durante a Primeira Guerra e na crise mundial de 1929, com intuito de substituição de importações. Essas transformações econômicas resultaram socialmente no surgimento de uma nova classe média, a burguesia industrial, e de um novo proletariado que passou a reivindicar seu espaço na estrutura política. Dessa realidade resultou um acordo do Estado Novo de 1937, sob a ditadura de Getúlio Vargas, em associação com a elite agrária e dos comerciantes, onde a burguesia se estabilizou no poder. Por sua vez, o

proletariado foi beneficiado com concessões sociais e trabalhistas e ao mesmo tempo enquadrado numa organização sindical tutelada pelo governo. Esse “contrato social” perdurou até 1950.

Seguindo a explanação de Marini (1985), uma grave crise política é produzida no início da década de 1950, culminando com o suicídio de Getúlio Vargas, em 1954. A partir daí, as classes dominantes em conflito tratam de encontrar uma fórmula de negociação para superar a crise econômica, a qual foi encontrada na abertura da economia brasileira aos capitais norte-americanos, numa tentativa de superar o vazio formado no setor cambial e conseguir inversões e financiamentos. Porém, em 1960 essa expansão começou a se esgotar, dando sinais na diminuição das rendas internas, queda de preço e volume das exportações e da grande exportação de lucros, levando o país a uma grande crise cambial e aceleração da inflação. A crise estrutural da economia brasileira levou à crise política no começo dos anos 1960, com Jânio Quadros e Goulart, tendo seu ápice no Golpe Militar de 1964. A partir dessa análise de Marini, Rizzotto e Nogueira (2005) concluem que os planos e projetos de desenvolvimento econômico e social no Brasil, através dos diferentes governos ao longo do século XX, não alcançaram seus objetivos devido à dinâmica de acumulação do capitalismo mundial que impôs aos países dependentes um grau de transferência de valor, impedindo a implementação de políticas e projetos redistributivos. Na realidade, durante essa trajetória se observou o caráter restrito e compensatório das políticas sociais, pautadas na superexploração do trabalhador. Por outro lado, houve um entendimento que o desenvolvimento econômico, por si só, levaria naturalmente ao desenvolvimento social.

Neste contexto, Dreifuss (1981) argumentou que, no período JK, o capitalismo brasileiro, além de tardio, subordinado e dependente do capitalismo central, tornou-se também transnacional e oligopolista, devido à expansão e acumulação das grandes empresas que permitia o controle oligopolista do mercado. Por conseguinte, as multinacionais passaram a controlar a economia e a orientar o desenvolvimento do Brasil.

A este respeito Souza (1989) sugere que existia nessa época uma conotação desvirtuada sobre desenvolvimento. Desenvolver o capital era a mesma coisa de desenvolver a nação e esse capital daquela época era o capital industrial o qual se transnacionalizava. Por isso mesmo a indústria automobilística passou ser a locomotiva dessa era no Brasil. Falava-se em produzir um “carro nacional” porque era no território nacional, mas a tecnologia era completamente estrangeira. Dessa forma, no governo JK o capital transnacional virou símbolo

de nação e desenvolvimento. Essa integração da economia brasileira ao capital internacional foi aprofundada mais tarde durante o regime militar.

Neste sentido, Brum (1993) propôs que o Plano de Metas do Governo JK visava intensificar o ritmo da industrialização no país, através da implantação da indústria de bens de consumo duráveis (automóveis, eletrodomésticos) e de bens intermediários (combustíveis líquidos, siderurgia, alumínio, papel e celulose, entre outros). Através da construção de Brasília viria a rede de transportes ligando os grandes centros urbanos do país. Tudo isso demandava elevados investimentos em infraestrutura, especialmente energia elétrica, os quais só poderiam ocorrer com o recurso de importação de bens de capital (máquinas, equipamentos) e para isso tinha-se que ampliar as exportações. Com isso as relações de troca, que entre 1948 e 1954 tinham melhorado, se deterioraram a partir de 1955. Esse impasse criou uma contradição, pois para evitar essa situação seria necessário incentivar a acumulação interna através da diminuição do consumo. Porém, como isso não era possível, o desenvolvimento juscelinista aconteceu às custas da inflação, o que causou acentuada transferência de renda entre setores. O governo aumentava a arrecadação e a emissão de papel-moeda; os empresários repassavam o aumento às mercadorias; e os assalariados eram prejudicados, pois não tinham a quem repassar. Por outro lado, aumentaram as desigualdades regionais e as empresas nacionais foram enfraquecidas.

Também a respeito do pós-guerra, Cardoso (1993) observa que a teoria do comércio internacional foi o ponto de partida para a análise dos principais problemas econômicos da América Latina. Depois do período de acumulação de divisas durante a Segunda Guerra, houve dificuldade de manter os preços competitivos no âmbito internacional e iniciou-se um processo de dívida externa. Ou seja, “os donos do poder mundial” desejavam que os países de economia periférica voltassem à sua “vocaçãõ” de exportadores de produtos “tradicionais”. Foi então que, através da CEPAL, abriu-se o debate sobre o “livre-comércio” internacional e a necessidade de industrializar a periferia, pois as discussões alegavam haver uma troca desigual e uma economia oligopólica. Portanto, na década de 1950 houve a proposta de promover o desenvolvimento através da industrialização coordenada pelo Estado. Nesse momento as Empresas Multinacionais passaram a atuar em escala mundial e a desenhar uma nova divisão internacional do trabalho. Já na década de 1960 houve uma ênfase nas análises da dependência que mostravam que existia uma articulação estrutural global entre o centro e a periferia, a qual não se limitava ao mercado internacional, mas permeava toda a

sociedade e os interesses de classe e políticos. Foi assim que a questão do desenvolvimento deixou de ser uma questão puramente econômica e passou a ser também uma questão política.

Já Serra (1998) salientou que um período de crescimento econômico vertiginoso começou no pós-guerra e se estendeu até os anos 1980. Entre 1956 e 1961, a taxa média de crescimento do produto industrial alcançou 11% a.a. Este ciclo ascendente foi interrompido entre 1962 e 1967 quando esta taxa declinou, chegando a 2,6% a.a. No mesmo período as taxas de crescimento da formação bruta de capital fixo decaíram, evidenciando a perda do dinamismo da economia. As taxas de inflação pularam de 34,7% a.a. em 1961 para 50,1% a.a. em 1962, alcançando 89,9% a.a. em 1964. Em 1968, a economia voltou a crescer e a taxa de crescimento do produto industrial ficou na média 13% a.a. até meados de 1973, com o chamado período do “Milagre Econômico Brasileiro”.

Enquanto isso, no mundo rural, uma “revolução” também estava acontecendo. Caio Prado Júnior (2000) assinala que foi quase uma surpresa a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural em março de 1963. Este fato, apesar de estar ligado às reformas de base tão apregoadas, partindo do princípio de que a legislação social-trabalhista, enfim, iria chegar ao campo, foi cercado de desinteresse e pouca discussão. O autor indica que se tratava de uma complementação da abolição da escravidão de 1888. As relações de trabalho nas atividades produtivas agropastoris apresentavam grande complexidade, visto que a remuneração assumia diferentes formas, ou seja, parte em produto, parte pela ocupação produtiva de certas áreas para exploração própria, além das diferenças regionais das atividades. Porém essas variáveis não foram levadas em conta e o Estatuto foi reduzido ao salário mínimo equivalente ao trabalhador urbano, sem refletir a realidade do campo. As categorias *parceiros*, *meeiros*, *terceiros* e outras, segundo o pesquisador, foram consideradas, pela esquerda, como características “feudais” da economia agrícola brasileira. Houve um deslocamento desses trabalhadores do campo para as periferias das cidades, transformando-os em *boias-frias*, categoria usada no Centro-sul do país e *trabalhadores clandestinos* ou *corumbas*, na Zona da Mata e Agreste nordestino.

Disso tudo resultou que, entre 1940 e 1980, a população urbana aumentou em 80%, comenta Darcy Ribeiro (1995). Foi quando houve o maior êxodo rural da história e nenhuma cidade brasileira estava preparada para receber esse contingente, levando à miserabilização da população urbana e grande pressão na competição por empregos. O fenômeno de “inchação” das cidades e esvaziamento do campo se deu em todo país, mas São Paulo se destacou. A produção agrícola foi mecanizada, aumentando a produtividade. Esse

“translado astronômico” gerou uma urbanização caótica, a qual entrou em crise em 1982, impossibilitando o crescimento econômico e deformando o desenvolvimento nacional. A estrutura agrária latifundiária não foi capaz de produzir, acompanhando o crescimento da população, e de empregar a massa rural que foi expulsa do campo e condenada à marginalidade. Esse movimento foi seguido pela espoliação estrangeira apoiada pela política de governo que a fez sócia da expansão industrial e conseqüentemente da economia e riquezas produtivas do país. Essa política promoveria uma “Revolução Industrial” e faria de São Paulo um polo de colonização interna. Esse processo de “metropolização” absorveu parcelas da população rural que não encontrou lugar no sistema de produção, levando-as a se transformar numa massa desempregada. Esse “liberalismo aloucado” regeu a economia brasileira desde 1964, enriquecendo os ricos e empobrecendo os pobres.

Dentro deste contexto, Manuel Correia de Andrade (2005) realça que a SUDENE –Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste foi criada numa hora oportuna, na década de 1960, visando coordenar a aplicação de verbas públicas para salvar a região do flagelo do subdesenvolvimento. Porém, admitindo a elevada densidade demográfica e uma estrutura fundiária arcaica, preferiu apostar na abertura de novas áreas agrícolas, como no Maranhão e no sul e oeste da Bahia com terras devolutas, esperando assim aumentar as áreas irrigadas, a produção de gêneros alimentícios e mitigar a fome. Dessa forma evitou-se a Reforma Agrária e o desagrado dos latifundiários, postergando assim, a solução dos problemas socioeconômicos. Na análise de Oliveira (1987, p. 75), no pós-64, o sistema se recriou, mas não se desatou dos “esquemas de acumulação arcaicos, que paradoxalmente são parte de sua razão de crescimento”. O autor acrescenta que a diferença das etapas anteriores reside na “combinação de um maior tamanho com a persistência dos antigos problemas”. Querendo dizer que o pós-64 não se compatibiliza com uma “imagem de uma revolução econômica burguesa”, mas é no fundo “uma combinação de expansão econômica e repressão”.

Esse foi o cenário socioeconômico e político no qual se desencadeou e se desenvolveu a *Sulanca* nas décadas de 1950 e 1960. Um contexto de “revolução industrial” politicamente manipulada por uma burguesia vinda das oligarquias agrárias com produção capitalista subordinada e dependente. Esse “modelo” urbano-industrial gerou uma “massa marginal” que estruturou uma rede produtiva e comercial à margem do modelo “formal”, que se expandiu por toda região Agreste de Pernambuco e hoje constitui a principal fonte de renda desses agentes sociais agrestinos.

AS TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO E A QUESTÃO DA DEPENDÊNCIA E DA MASSA MARGINAL

A Teoria do desenvolvimento é originalmente inspirada na linha de pensamento neoclássica de Alfred Marshall, que explica o desenvolvimento e o subdesenvolvimento através de indicadores quantitativos. Dessa forma, consideram-se os lugares desenvolvidos ou modernos aqueles com renda alta e os subdesenvolvidos ou tradicionais os que mostram baixa renda. Sendo assim, tal perspectiva teórica defende a ideia de que o capitalismo é responsável pelo desenvolvimento, mas não é a causa do subdesenvolvimento, portanto, é considerado um modelo tecnocrata neocolonialista. O Plano Marshall foi responsável pela reestruturação da Europa depois da Segunda Guerra Mundial, através da ajuda financeira dos Estados Unidos e da implantação do novo modelo e estilo de vida americanos. Foi nessa época que o Fordismo foi implantado e seguido como um novo regime de acumulação capitalista intensivo, centrado no crescimento do consumo de massa. Considerado por Lipietz (1989) como a segunda Revolução Industrial.

Lipietz (1989) sustenta que existem vários regimes de acumulação, os quais podem ser classificados em extensivo e intensivo. Concebendo que a finalidade da acumulação capitalista é de aumentar a escala de produção ou reorganizar a divisão social do trabalho com o objetivo de obter maior produtividade e lucro, sustenta que a história do capitalismo passou por várias fases de acumulação. O autor denomina a fase que vai da Revolução Industrial até o período da Primeira Grande Guerra de Primeira Revolução Industrial, a qual se deu nos países centrais com base em um regime de acumulação extensiva, ou seja, baseado na reprodução de bens de capital, o chamado capitalismo concorrencial. Para ele, a Segunda Revolução Industrial se deu depois da Segunda Guerra Mundial, a partir da reprodução do fordismo como regime de acumulação intensiva, baseado no consumo de massa, denominado de capitalismo monopolista. Por conseguinte, baseados neste raciocínio, a Terceira Revolução Industrial se inicia no fim do século XX através da reestruturação produtiva e de um regime de acumulação flexível, também nomeado por Harvey (2003) como acumulação por espoliação.

Por sua vez, a Teoria da Modernização, desenvolvida por William Rostow (1956), se constituiu em uma das principais referências da política norte-americana para os países subdesenvolvidos. Essa sustentava que os países menos desenvolvidos iriam continuamente alcançar o mundo industrializado ao copiar o sistema econômico e social do capitalismo

ocidental. Baseada amplamente nas premissas teóricas do funcionalismo estrutural, a Teoria da Modernização conceituou desenvolvimento como uma transição, em estágios, da tradição à modernidade, para acontecer em âmbito econômico através das operações de mercado e de investimento externo; no âmbito social, pela adoção dos comportamentos, valores e instituições ocidentais; e em âmbito político, pela implementação da democracia liberal.

No contexto fordista do pós-guerra, durante a reestruturação do mercado internacional e do desenvolvimento, foi criada a CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina, que focalizou nas causas, condições e obstáculos ao desenvolvimento na América Latina. Seu principal representante foi Raul Prebisch, estudioso das relações entre o Centro e a Periferia, ou seja, desenvolvimento e subdesenvolvimento. Prebisch (1949) argumentava que as relações econômicas entre o Centro e a Periferia tendiam a reproduzir as condições do subdesenvolvimento e aumentar a distância entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Para ele, se desenvolvia um processo de apropriação da maior parte do progresso técnico pelos países centrais, resultante da deterioração dos termos de troca entre os bens primários e manufaturados. Ou seja, os agentes de produção (operários e empresários) dos países industrializados passavam por um processo de fortalecimento político-organizacional que dificultava o funcionamento do mercado e provocava a deterioração dos termos de intercâmbio, resultando em que não haveria vantagens universais do progresso técnico através de sua transferência para a periferia, ocasionando uma menor capacidade de acumulação na periferia. Portanto, de acordo com Cardoso (1993, p. 38), a tese cepalina de Prebisch “sustenta que o progresso técnico somado a condições sociais específicas produz consequências diferenciais entre o Centro e a Periferia”.

Na observação de Cardoso e Faletto (1970), apesar dos pressupostos favoráveis para uma nova etapa no desenvolvimento da América Latina, na década de 1950, tais como: a formação de um mercado interno e de uma base industrial, a formação de divisas e estímulos para o crescimento econômico, condições economicamente satisfatórias para se passar da fase de substituição de importações para a produção autônoma, visando o mercado interno, esse fato não se confirmou. Ao contrário, houve uma estagnação relativa da economia brasileira nos anos de 1960. Baseando-se nessas premissas, os citados autores elaboraram a Teoria da Dependência, que pressupunha uma “unidade dialética” entre a “dinâmica geral” do capitalismo internacional e a dinâmica interna dos países dependentes, provocando uma reorganização da divisão internacional do trabalho. Essas “situações de dependência” refletiam o processo histórico da articulação capitalista das classes sociais periféricas com as

economias centrais, através de condicionamentos sociais e políticos no processo de expansão do sistema capitalista internacional. As relações de dependência seriam dinâmicas históricas particulares, próprias de cada situação de dependência, situando o modo de produção capitalista através dos interesses locais, das classes, do Estado e dos recursos naturais, conforme afirmava Cardoso (1970). Dessa forma, a Teoria da Modernização foi deslocada, no fim dos anos 1960, por meio do enfoque da dependência.

Também a partir de uma abordagem crítica sobre os resultados frustrantes das experiências desenvolvimentistas na América Latina e se inspirando em uma perspectiva marxista, desenvolveu-se a Teoria da Marginalidade. Um dos seus mais expressivos expoentes foi José Nun (2000), com sua Tese da Massa Marginal. O autor parte do pressuposto de que não se deve confundir as noções de superpopulação relativa e exército industrial de reserva, discutidas por Marx em *Grundrisse* e *O Capital*. Para o referido autor, Marx teria tratado da ideia de exército de reserva como expressão da superpopulação relativa naquele momento do desenvolvimento capitalista, o que teria causado a confusão. O exército industrial de reserva foi analisado por Marx nas suas formas latente, estagnada (formas transicionais) e flutuante.

Sobre a produção crescente de uma superpopulação relativa ou de um exército industrial de reserva, Marx (1950) sustenta que a demanda de trabalho absoluta que ocasiona um capital se dá em razão não de sua grandeza absoluta, mas, de sua parte variável, que é representada pela força operária. A demanda de trabalho relativa que ocasiona um capital, ou seja, a proporção entre sua própria grandeza e a quantidade de trabalho que ele absorve, é determinada pela grandeza proporcional de sua fração variável. Portanto, a acumulação que amplia o capital social reduz simultaneamente a grandeza proporcional de sua parte variável e diminui dessa forma a demanda de trabalho relativa.

Sendo assim, retomando as categorias de Marx (1950), vemos que a indústria moderna não para de atrair e rejeitar alternadamente os operários. Portanto, o número de trabalhadores explorados vai aumentar como vai diminuir proporcionalmente à escala da produção, transformando uma superpopulação existente em sua forma flutuante. Dentro do sistema industrial moderno, onde as máquinas desempenham um papel auxiliar junto à divisão moderna do trabalho, a indústria emprega massivamente os operários jovens do gênero masculino. Dessa massa jovem, se aproveita um contingente baixo e se descarta a maioria. Este elemento da superpopulação aumenta à medida que a grande indústria se estende. Uma parte migra seguindo a migração do capital. Como a população feminina

aumenta mais rápido do que a masculina e o crescimento natural da classe operária não é suficiente à necessidade de acumulação capitalista e ultrapassa, apesar disso, as faculdades de absorção do mercado nacional, essa situação vai conduzir a uma contradição, que é inerente ao movimento do capital, o qual necessita de uma proporção maior de mulheres, crianças e adolescentes, mais do que de homens feitos. É por isso que ao mesmo tempo em que temos uma massa de desempregados, temos falta de mão de obra qualificada. O capital vai substituindo a força de trabalho sempre por outra mais jovem, que, a uma idade madura terá que descer um degrau da escala social e se contentar com isto, por não se encontrar definitivamente relegado entre os excedentes. Devemos observar que esta análise de Marx reflete a realidade do mercado britânico do século XIX, no auge da Primeira Revolução Industrial, porém, todo este pensamento marxiano continua ainda bem atual em plena Terceira Revolução Industrial.

Marx (1950) observa que o regime capitalista se apropria da agricultura e que a demanda de trabalho no campo diminui absolutamente à medida que o capital se acumula. A repulsão da força de trabalho não é na agricultura, como na indústria, compensada por uma atração superior. Uma parte da população do campo se encontra sempre no ponto de se converter em população urbana ou manufatureira e à espera de circunstâncias favoráveis a esta conversão. Para que as zonas rurais se tornem uma fonte de migração para as cidades, é necessário que no próprio campo haja uma superpopulação latente a qual só é percebida quando os “canais de descarga” se escancaram. O trabalhador agrícola se encontra com o salário reduzido ao mínimo e já a um passo do pauperismo. Esta superpopulação latente de Marx já se encontrava no Nordeste agropastoril dos anos 1950 e as grandes secas daquela época criaram um êxodo rural (“os canais de descarga” de Marx), em direção a São Paulo onde se encontrava a indústria daquela época e a transformou numa “massa marginal” urbana de São Paulo.

Continuando com Marx (1950), a terceira categoria da superpopulação relativa, a estagnada, pertence bem ao exército industrial ativo, mas ao mesmo tempo a irregularidade extrema das suas ocupações faz dela um reservatório inesgotável de forças disponíveis. Acostumada à miséria crônica, às condições de existência precárias e vergonhosamente inferiores ao nível normal da classe operária, ela se torna a grande base de ramificações especiais de exploração onde o tempo de trabalho atinge seu máximo e a taxa de salário seu mínimo. O trabalho dito a domicílio é um exemplo bem típico. Esta camada da classe trabalhadora é recrutada sem cessar entre os excedentes da grande indústria e da agricultura e,

sobretudo, nas esferas de produção onde a profissão sucumbe frente à manufatura e frente à indústria mecânica. Fora os contingentes auxiliares que vão da mesma forma engrossar suas fileiras, esta categoria se autorreproduz numa escala progressiva. Ainda em Marx (1950), o derradeiro resíduo da superpopulação relativa habita o inferno do pauperismo - abstração feita dos vagabundos, criminosos, prostitutas, meliantes. Quanto mais este exército de reserva aumenta, comparativamente ao exército ativo de trabalho, mais aumenta a superpopulação consolidada, excedente de população. Esta é, segundo Marx, a lei absoluta e geral da acumulação capitalista. A ação desta lei, como qualquer outra, é naturalmente modificada por circunstâncias particulares.

Para Nun (2000), entretanto, se a noção de exército industrial de reserva foi analisada por Marx nas suas formas latente, estagnada (formas transicionais) e flutuante, o mesmo se deteve nesta última, quando a “produção tão prontamente repele como volta e atrai” a força de trabalho. Conforme Nun (2000) é muito importante considerar que a superpopulação relativa, dependendo das circunstâncias, produz efeitos não funcionais, introduzindo, assim, a categoria da “massa marginal”. Segundo argumenta, há diversos processos de acumulação que se superpõem e se combinam, gerando mecanismos que se pluralizam e variam de funcionalidade de efeitos, de acordo com o setor, ao conceber a superpopulação relativa. Dentro desta ótica, os “sulanqueiros” e “retalheiros” consistiriam em uma “massa marginal”, mas se ela é funcional ou não analisaremos mais adiante.

Segundo também uma linha do pensamento marxista, Milton Santos (1978) discorda de Nun e argumenta que a formação do salário nas atividades modernas também coloca em risco a tese da “massa marginal”. As enormes possibilidades de trabalho da “massa marginal” pesam fortemente sobre o mercado de trabalho não intelectual no circuito moderno, tendo como efeito o rebaixamento dos salários. Implica, ao mesmo tempo, um aumento da taxa de lucro. Portanto, para Santos (1978), não se pode concordar com Nun, quando este afirma que a “massa marginal” contém um elemento afuncional ou disfuncional. Ao contrário, ela teria um papel preciso no funcionamento da fase atual do sistema capitalista, porque facilitaria a acumulação no centro e na periferia.

Já na análise de Cardoso (1993), a marginalidade é funcional ao desenvolvimento capitalista periférico. Em determinadas condições, o barateamento da abundância da mão de obra pode influenciar na acumulação. Porém, a expansão capitalista não só depende do exército de reserva, mas do custo da reposição da força de trabalho, da taxa de lucro, da competição entre os capitalistas, da tecnologia, entre outras coisas. Para que a marginalidade

force o rebaixamento do custo de reposição, atribuídos aos exércitos de reserva, ao mínimo, é preciso que seja um movimento amplo, como também os custos devem depender da existência de uma produção de meios de vida feita à margem do sistema capitalista-industrial – uma produção para o consumo à margem do sistema. As “populações marginais” devem ser explicadas pela formação histórica do capitalismo na América Latina, dentro de suas características de distintos modos de produção subordinados ao capitalista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As abordagens que se estabeleceram especialmente na segunda metade do século XX, sobre os processos de industrialização de sociedades dependentes, como a brasileira, e tendo como focos o desenvolvimento, são de crucial importância ao nosso estudo. Sobretudo, chamam a atenção para a importância de um segmento da economia e da população, nomeado diversamente como: “massa marginal”, “polo marginal”, “setor informal”, “subemprego”, “circuito inferior da economia”, “trabalhador por conta própria”, entre outras denominações. Quanto ao modo de interpretar tal fenômeno, evidencia na sua diversidade de pontos de vista, um duplo movimento: de um lado, o caráter diferenciado de sua dinâmica, quando em comparação com a lógica própria da acumulação capitalista; de outro, tais segmentos se constituem sob formas e graus diversos de interseções com a dinâmica capitalista. Segundo Nun (2000), como vimos, diversos processos de acumulação se combinam, tendo como correspondente a pluralização dos mecanismos de geração da superpopulação relativa e as formas de funcionalidade de seus efeitos sobre a dinâmica capitalista. Ou seja, sua tese implica na possibilidade de existência de segmentos que se colocam funcionalmente ao processo de acumulação de capital (exército industrial de reserva) ao lado de outros que se colocam como irrelevantes para o setor hegemônico da economia (capitalista), sendo afuncionais em relação a esse. É nesse registro que pretendemos abordar a experiência de constituição do fenômeno produtivo-comercial no Agreste de Pernambuco. Ou seja, entre, de um lado, o que nele estiveram presentes como elementos mais diretamente derivados do processo de industrialização do país (a exemplo do papel exercido nessa formação pelos retalheiros) – funcionais – e, do outro, o que também teve importância central como constituição de uma dinâmica socioeconômica com características especiais (a exemplo do papel exercido nessa formação pelas “feiras livres”).

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste** – Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. São Paulo: Cortez, 2005.
- BRESSER PEREIRA, L. C. **Desenvolvimento e Crise no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1972.
- BRUM, Argemiro J. **O Desenvolvimento Econômico Brasileiro**. Petrópolis: Editora Vozes, 1993.
- BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina** – Ensaio de Interpretação Sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.
- CARDOSO, Fernando Henrique. “Teoria da Dependência” ou Análises Concretas de Situações de Dependência? 2º SEMINÁRIO LATINO-AMERICANO PARA EL DESARROLLO (promovido pela FLASCO, sob o patrocínio da UNESCO em novembro de 1970, Santiago, Chile) para comentar a comunicação de P. C. Weffort, “*Notas sobre a teoria de classe ou ideologia nacional?*” 1970.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **As ideias e seu lugar – Ensaios sobre as teorias do desenvolvimento**. Petrópolis: Editora Vozes, 1993.
- DREIFUSS, René Armand. **1964: A Conquista do Estado; ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.
- HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. Tradução Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2003.
- IANNI, Octávio. **Estudo e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1971.
- LIPIETZ, Alain. **Fordismo, Fordismo Periférico e Metropolização**. Porto Alegre: Ensaio FEE, 10(2):303-335, 1989.
- MARINI, Ruy. **Subdesarrollo y revolución**. México: Editora Siglo XXI, 1985.
- MARX, Karl. **Le Capital**. Critique de L'Économie Politique, Livre Premier, Le Développement de La production Capitaliste, Tome Premier: La Marchandise et La Monnaie; Tome deuxième: La Production de La Plus-Value Relative, Nouvelle Recherches Sur La Production de La Plus-Value et Tome troisième: L'Accumulation Du Capital, L'Accumulation Primitive, Le Procès d'ensemble de la Production Capitaliste. Traduction de Joseph Roy et entièrement révisée par l'auteur. Paris: Éditions Sociales, 1950.
- OLIVEIRA, Francisco de. **A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualística**. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião** – SUDENE, Nordeste, Planejamento e conflitos de classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PEREIRA, Luiz. **Ensaio de Sociologia do Desenvolvimento**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1970.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A Questão Agrária no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2000.

PREBISCH, Raul. O Desenvolvimento Econômico da América Latina e seus Principais problemas. **Revista Brasileira de Economia**: América do Norte, 1949. Disponível em HTTP: // bibliotecdigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/2443/1767. Acesso 21/abril/2011.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro** – a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1995.

RIZZOTTO, Maria Lucia Frizon; NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães. **Compreendendo o Capitalismo dos países dependentes iluminado pela Teoria de Ruy Mauro Marini: Pressuposto para a análise de Políticas Sociais**. Cascavel, Paraná: Segundo Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais no Brasil, 2005.

ROSTOW, W. W. The take-off into self-sustained growth. **The Economic Journal**, março, 1956.

SANTOS, Milton. **Pobreza Urbana**. São Paulo: Editora Hucitec, 1978.

SERRA, José. Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do pós-guerra. In: BELLUZZO, L. G. M. e COUTINHO, R. (org.), **Desenvolvimento Capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise**, vol. 1, UNICAMP: Campinas, 1988.

SOUZA, Herbert José de. Projeto Nacional, Transnacionalização e Democracia. Petrópolis, **Revista de Cultura da Editora Vozes**, n. 3, 1989.